



CUIDAR UNS  
DOS OUTROS  
UM NOVO  
CONTRATO SOCIAL

Minouche Shafik

CUIDAR UNS  
DOS OUTROS  
UM NOVO  
CONTRATO SOCIAL

Minouche Shafik

Tradução de Paula Diniz



Copyright © 2021 by Nemat Shafik. Todos os direitos reservados.

TÍTULO ORIGINAL

*What We Owe Each Other: A New Social Contract*

PREPARAÇÃO

Fábio Gabriel Martins

REVISÃO

Alessandra Volkert

Carolina Vaz

DIAGRAMAÇÃO

Henrique Diniz

DESIGN DE CAPA

Aline Ribeiro | alineribeiro.pt

IMAGEM DE CAPA

Bruno Barbey / Magnum Photos / Fotoarena

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

S537c

Shafik, Minouche, 1962-

Cuidar uns dos outros : um novo contrato social / Minouche Shafik ; [tradução  
Paula Santos Diniz]. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2021.

336 p. ; 21 cm.

Tradução de: What we owe each other : a new social contract

Inclui índice

ISBN 978-65-5560-327-9

1. Contrato social. 2. Ética social. 3. Bem-estar público. 4. Serviços Humanos. I.  
Diniz, Paula Santos. II. Título.

21-72638

CDD: 320.011

CDU: 321.01

---

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

16/08/2021 18/08/2021

[2021]

*Todos os direitos desta edição reservados à*

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

*Para Adam, Hanna, Hans-Silas, Maissa,  
Nora, Olivia e Raffael*

# Sumário

Prefácio	9
1. O que é o contrato social?	19
2. Filhos	55
3. Educação	81
4. Saúde	111
5. Trabalho	143
6. Velhice	177
7. Gerações	209
8. Um novo contrato social	235
<i>Agradecimentos</i>	271
<i>Ilustrações e créditos</i>	273
<i>Notas</i>	276
<i>Índice remissivo</i>	329



# Prefácio

“As coisas desmoronam; o centro não sustenta [...]. Certamente alguma revelação está próxima [...]” Assim escreveu W. B. Yeats no rastro dos horrores da Primeira Guerra Mundial, quando sua esposa grávida estava seriamente enferma devido à pandemia da Grande Gripe de 1918-1919. A frase “as coisas desmoronam” foi citada com mais frequência em 2016 do que em qualquer outro momento nos anos anteriores.<sup>1</sup> O poema de Yeats capta um sentimento de mau presságio, quando a mudança parece inevitável. Recentemente, assistimos às consequências econômicas da crise financeira de 2008, com políticas cada vez mais desagregadoras, protestos ambientais e a pandemia do novo coronavírus. Períodos de grande instabilidade podem resultar em uma reorganização radical de nossa sociedade. O modo como se dá esse reordenamento depende do comando das instituições, dos líderes no poder e das ideias em ascensão.<sup>2</sup>

Nos últimos anos, tenho visto desmoronarem muitas das suposições, e, cada vez mais, as instituições e as normas que

moldaram o meu mundo. Passei 25 anos trabalhando para o desenvolvimento internacional e testemunhei em primeira mão como “tornar a pobreza coisa do passado”,<sup>3</sup> o que resultou em grandes melhorias no cotidiano das pessoas. Os seres humanos realmente nunca tiveram uma vida tão boa. Mesmo assim, em diversas partes do mundo, cidadãos se sentem decepcionados, e isso tem ficado evidente na política, na mídia e no discurso público. Níveis crescentes de raiva e ansiedade estão associados ao fato de as pessoas se sentirem mais inseguras e sem meios ou poder para moldar seu futuro. O apoio ao sistema de cooperação internacional que existe desde o período do pós-guerra, e do qual participei em boa parte da minha carreira, também está diminuindo à medida que o nacionalismo e o protecionismo ganham destaque.

A pandemia mundial de 2020 trouxe tudo isso à tona de forma bastante nítida. Os riscos a que estavam expostos os pobres, aqueles com trabalho precário e aqueles que não tinham acesso a assistência médica foram escancarados. As interdependências entre nós se revelaram da seguinte maneira: “trabalhadores essenciais” eram, em grande parte, os mais mal remunerados e que são indispensáveis para o funcionamento de nossas sociedades. Poderíamos sobreviver sem banqueiros e advogados, mas funcionários de supermercado, enfermeiros e seguranças eram inestimáveis. A pandemia revelou o quanto dependemos uns dos outros para sobreviver e também para nos comportarmos de maneira socialmente responsável.

Momentos de crise também são momentos de oportunidade. Algumas crises resultam em decisões que mudam a

sociedade para melhor – como as medidas do New Deal, introduzidas para conter a Grande Depressão, ou a ordem internacional baseada em regras, que emergiram após a Segunda Guerra Mundial. Outras crises plantam as sementes para novos problemas – como a resposta inadequada à Primeira Guerra Mundial ou à crise financeira de 2008 e a reação populista que ela gerou. O impacto da crise do novo coronavírus ainda está para acontecer. Se vai resultar em melhorias ou não, depende das ideias alternativas disponíveis e de como a política evolui para selecioná-las.<sup>4</sup> Depois de muito ler, ouvir, pensar e falar, descobri que o conceito de contrato social, as políticas e as normas que regem a maneira como vivemos juntos em uma sociedade, foi uma construção útil para compreender e definir soluções alternativas para os desafios que enfrentamos.

Ao longo dos anos, muitas das ideias que moldaram o pensamento a respeito dos contratos sociais em todo o mundo surgiram na Escola de Economia e Ciência Política de Londres (LSE, na sigla em inglês), onde atualmente atuo como diretora. Há uma longa tradição de pensamento sobre a relação entre economia e sociedade, a começar pelos fundadores da Fabian Society e da LSE, Beatrice e Sidney Webb. Beatrice passou anos coletando dados nas regiões mais pobres de Londres e testemunhando o impacto da privação. Como membro da Royal Commission on the Poor Laws [Comissão Real sobre as Leis dos Pobres] de 1909, ela foi autora de um relatório das minorias dissidentes que rejeitava o severo sistema de *workhouses*, isto é, locais que serviam de moradia e trabalho para os não abastados, e também a

abordagem fragmentada da Grã-Bretanha no apoio aos pobres. No relatório, a socióloga argumentava que um novo contrato social para o Reino Unido “garantiria um mínimo nacional de vida civilizada [...] aberta a todos de maneira igualitária, fosse qual fosse o sexo e a classe, no que incluímos a oferta de nutrição e educação suficientes na juventude, um salário digno quando se é fisicamente apto, tratamento das doenças e um meio de vida modesto, mas seguro, quando há alguma deficiência ou se é idoso”.<sup>5</sup> Mais de cem anos depois, essa ainda é uma aspiração na maioria dos países do mundo.

Seus argumentos tiveram influência em um relatório de extrema importância, de autoria de William Beveridge (diretor da LSE de 1919 a 1937), que, no Reino Unido, foi responsável por planejar o moderno Estado de bem-estar social, incluindo o National Health Service [Serviço Nacional de Saúde] e uma abordagem abrangente para renda mínima, seguro-desemprego, aposentadorias e pensões. O *Relatório Beveridge* (1942) foi revolucionário e vendeu mais cópias do que qualquer documento governamental anterior, pois o público fazia fila para comprar um exemplar a fim de entender a reordenação fundamental dos direitos e responsabilidades dos cidadãos no Reino Unido. Grande parte de sua implementação ocorreu sob o governo do primeiro-ministro Clement Attlee, que anteriormente havia atuado como palestrante na LSE e vencera as eleições, em grande medida, por apoiar o *Relatório Beveridge*. Embora o foco de Webb e Beveridge fosse o Reino Unido, suas ideias tiveram enorme impacto em toda a Europa e em grande parte do mundo pós-colonial, especialmente Índia, Paquistão, Leste Asiático, África e Oriente Médio.<sup>6</sup>

A LSE também esteve no cerne da reorganização das sociedades que se seguiu, quando Frederick Hayek, que acabara de emigrar de Viena, professor da LSE e ganhador do Prêmio Nobel, publicou, em 1944, *O caminho da servidão*. Hayek achava que o Estado intervencionista defendido por Beveridge levaria a sociedade para o caminho do totalitarismo. Ele criou as bases para o liberalismo econômico clássico com foco na liberdade individual e na eficiência dos mercados. Hayek deixou a LSE em 1950 e foi para a Universidade de Chicago, onde suas ideias influenciaram Milton Friedman e forneceram o alicerce para o que mais tarde ficou conhecido como a Escola de Chicago, dedicada ao liberalismo e à economia *laissez-faire*. Margaret Thatcher e Ronald Reagan atribuíram a Hayek suas filosofias políticas e sua ênfase no individualismo e no livre mercado.<sup>7</sup> Hayek também teve extrema influência na Europa Central e Oriental, onde seus livros foram amplamente lidos por dissidentes que ajudaram a provocar o colapso da União Soviética.

A Terceira Via subsequente foi a tentativa de definir uma alternativa ao Estado intervencionista dos fabianos e ao liberalismo de mercado *laissez-faire* de Hayek. Muitas ideias sobre de que maneiras usar os mercados para alcançar fins mais igualitários surgiram na LSE, e Anthony Giddens (outro diretor da escola, 1997-2003) publicou, em 1988, o livro *A terceira via*.<sup>8</sup> Essas visões foram adotadas por políticos social-democratas em todo o mundo, incluindo Bill Clinton, nos Estados Unidos; Tony Blair, no Reino Unido; Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil; Gerhard Schröder, na Alemanha; Thabo Mbeki, na África do Sul; e muitos outros. A Grande

Recessão de 2008 viu o colapso do apoio à Terceira Via, que perdeu credibilidade na esteira da crise financeira, à medida que os líderes centristas eram substituídos, cada vez mais, por populistas ao redor do mundo.

E aqui estamos novamente, precisando de um novo paradigma. Mudanças tecnológicas e demográficas profundas têm desafiado estruturas antigas. A crise climática, a pandemia mundial e suas consequências econômicas inevitáveis revelaram até que ponto nosso contrato social não está mais funcionando. Este livro é uma tentativa de compreender as causas subjacentes desses desafios e, mais importante, fornecer uma visão alternativa sobre como deve ser um contrato social adequado para o século XXI. Não é um modelo, mas espero que seja uma contribuição modesta para fomentar o debate e fornecer uma orientação para as políticas futuras.

Tentei dar conta de muitas coisas neste livro, buscando cobrir inúmeras questões sob uma perspectiva global, e talvez alguns leitores sejam capazes de identificar exceções a muitos dos pontos que apresento. Eu me baseio fortemente na pesquisa acadêmica publicada em periódicos com revisão por pares e meta-análises – achados resumidos de, por vezes, centenas de trabalhos de pesquisa. As fontes para a maior parte do material técnico pesquisado podem ser encontradas nas notas do fim do livro. Acredito fortemente nas evidências, no valor da *expertise* e na importância do debate rigoroso, mas também apresento meus próprios julgamentos sobre o que essa literatura nos ensina a respeito de como diferentes países desenvolveram soluções para cuidarmos uns dos outros na sociedade.

Esses julgamentos estão inevitavelmente enraizados em minhas experiências pessoais no âmbito da família, da educação, do trabalho e do impacto da sociedade e do Estado. Meu interesse por economia surgiu do desejo de compreender a arquitetura das oportunidades na sociedade. Quando criança, eu visitava a aldeia da família da minha mãe no Egito e via meninas iguais a mim, mas que não podiam ir à escola, trabalhavam duro nos campos e tinham pouco poder de decisão em relação a com quem se casariam ou quantos filhos teriam. Parecia tão aleatório e injusto que eu tivesse oportunidades que elas não tinham – eu poderia muito bem ter sido uma delas; e elas, eu. Essas oportunidades mudaram de forma radical quando a maior parte das terras e propriedades da minha família foi nacionalizada pelo Estado egípcio na década de 1960, e logo depois emigramos para os Estados Unidos, onde meu pai estudara.

Para o meu pai, que tinha pouco mais do que um doutorado em química, a educação era o único caminho para o sucesso. “Eles podem tirar tudo de você, exceto sua educação”, era seu princípio repetido com frequência. Mas as oportunidades de educação que se abriram para nós no sul dos Estados Unidos eram contraditórias durante a turbulência e as tensões provocadas pela dessegregação. Nem consigo me lembrar de todas as escolas que frequentei. Algumas tinham professores inspirados; em outras, o objetivo principal era a sobrevivência. A minha salvação foram as bibliotecas locais, para onde minha mãe me levava religiosamente nos fins de semana. Eu era sócia de várias delas, para poder maximizar o número de livros que poderia pegar emprestado

toda semana, e passava horas e horas no sofá de casa descobrindo o mundo.

Depois de todo esse esforço para obter uma formação de qualidade, aquela curiosidade sobre a arquitetura das oportunidades me levou a uma carreira em economia e desenvolvimento que abrangeu o Banco Mundial, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco da Inglaterra. Adoro universidades e passei dezoito anos nelas, mas a maior parte da minha carreira foi nas trincheiras da formulação de políticas. Talvez o mais incomum seja ter feito isso em uma ampla gama de países – desde alguns dos mais pobres do mundo, como o Sudão do Sul e Bangladesh, até alguns dos mais ricos, como o Reino Unido ou a zona do euro. Também trabalhei com políticos de todas as vertentes – no Reino Unido, fui secretária permanente de um governo trabalhista e da coalizão de conservadores e democratas liberais. Nos anos que passei no Banco Mundial e no FMI, trabalhei com centenas de políticos de todas as categorias políticas imagináveis. A perspectiva de ter sido uma praticante de políticas, bem como uma estudante de políticas, permeia este livro.

Depois de 25 anos trabalhando em instituições econômicas internacionais, vi os benefícios advindos da troca de experiências entre os países. Cada país tem suas peculiaridades, é claro, especialmente em questões como o equilíbrio entre o individual e o coletivo no contrato social. Países como os Estados Unidos colocam mais ênfase na liberdade individual; as sociedades asiáticas tendem a priorizar os

interesses coletivos em relação às preferências individuais. A Europa fica no meio-termo, tentando encontrar um equilíbrio entre a liberdade individual e o interesse coletivo. Por trás de cada uma dessas generalizações estão muitas exceções e exemplos que podem nos ensinar como adaptar soluções para diferentes contextos. Raramente existe uma resposta certa, mas sim um conjunto de opções e trocas que envolvem vários custos e benefícios que refletem diferentes julgamentos de valor.

Além de universal e focado em soluções, também tentei tornar este livro pessoal. Acredito que os termos do contrato social não sejam uma atividade abstrata reservada a tecnocratas e especialistas em política. As decisões políticas sobre como um sistema educacional é organizado, como a assistência médica é financiada e o que acontece quando se perde o emprego têm consequências enormes para todos. Elas fazem a diferença entre a vida que eu levei e a daquelas meninas da aldeia. É por isso que este livro é organizado em torno das fases da vida que a maioria de nós vivencia – criar filhos, ir à escola, adoecer, encontrar trabalho e envelhecer. Minha esperança é que essa perspectiva torne acessíveis questões tão importantes e nos incentive a termos opiniões sobre esses assuntos fundamentais.



# 1

## O que é o contrato social?

A sociedade é tudo. Muitos de nós passamos a vida pensando que somos autossuficientes e que vencemos por esforço próprio. Alguns podem creditar (ou culpar) a família por sua sorte na vida, mas raramente pensamos sobre as forças maiores que determinam nosso destino – o país em que nascemos, as atitudes sociais predominantes em determinado momento da história, as instituições que governam nossa economia e política, além da aleatoriedade da pura sorte. Esses fatores mais amplos estabelecem o tipo de sociedade em que vivemos e são os determinantes mais importantes de nossa experiência humana.

Considere como exemplo uma vida em que a sociedade desempenha um papel muito pequeno. Em 2004, passei algum tempo com uma família na Amazônia equatoriana. Antonia, minha anfitriã, tinha doze filhos, e sua primogênita estava prestes a dar à luz seu primeiro neto. Eles viviam no

interior da floresta tropical, sem estradas, eletricidade, água encanada ou saneamento. Havia uma escola, mas a distância era considerável, então as crianças não iam às aulas com regularidade. No entanto, Antonia era uma agente de saúde comunitária e tinha acesso via rádio a um médico de uma cidade próxima, que podia dar conselhos a ela e a outras pessoas. Além desse serviço (providenciado por uma instituição de caridade), ela e o marido tinham que ser totalmente autossuficientes, colhendo alimentos da floresta e educando os filhos para sobreviver naquele ambiente. Nas raras ocasiões em que precisavam de algo que não conseguiam encontrar ou fazer por si próprios (como uma panela), eles garimpavam na região minúsculos grãos de ouro, que podiam trocar por mercadorias em uma feira após uma longa viagem de canoa.

Esse pode parecer um exemplo muito extremo e distante, mas serve para nos lembrar do quanto estamos acostumados com o que a convivência em sociedade nos proporciona – infraestrutura, acesso a educação e assistência médica, leis que possibilitam mercados nos quais podemos garantir uma renda e acesso a bens e serviços. Antonia e sua filha prometeram dar o nome de Minouche à bebê que estava a caminho, o que foi uma grande honra. Muitas vezes me pergunto que tipo de vida a outra Minouche terá pelo fato de ter nascido em uma sociedade tão diferente.

A forma como uma sociedade está estruturada tem consequências profundas na vida de quem vive nela e na arquitetura das oportunidades que surgem. Delimita não apenas as condições materiais mas também o bem-estar, os relacionamentos

e as perspectivas de vida. A estrutura da sociedade é determinada por instituições como os seus sistemas político e jurídico, a economia e a forma como a vida familiar e comunitária estão organizadas.<sup>1</sup> Todas as sociedades optam por deixar que algumas coisas sejam designadas pelos indivíduos e outras pela coletividade. As normas e as regras que estabelecem como essas instituições coletivas operam é o que chamarei de contrato social, que acredito ser o determinante de maior relevância no tipo de vida que levamos. Devido à sua grande importância e porque a maior parte das pessoas não pode deixar facilmente sua sociedade, o contrato social requer o consentimento da maioria e a renegociação periódica, à medida que as circunstâncias mudam.

Vivemos em uma época na qual, em muitas sociedades, as pessoas se sentem decepcionadas com o contrato social e com a vida que ele lhes oferece. Isso ocorre apesar dos enormes ganhos oriundos do progresso material que o mundo viu nos últimos cinquenta anos.<sup>2</sup> Pesquisas mostram que quatro em cada cinco pessoas acreditam que “o sistema” não está funcionando para elas nos Estados Unidos, na Europa, na China, na Índia e em vários países em desenvolvimento.<sup>3</sup> Em muitos países desenvolvidos, a maioria dos pais não acredita mais que seus filhos estarão em uma situação melhor do que a que se encontram. No mundo em desenvolvimento, as aspirações à educação, à assistência médica e aos empregos muitas vezes estão muito além da capacidade que a sociedade tem de oferecê-los. E, em todo o mundo, os trabalhadores se preocupam em perder seus meios de subsistência devido à falta de capacitação ou à perspectiva de automação.

Esse descontentamento assume muitas formas diferentes. Algumas pessoas em áreas rurais e em pequenas cidades argumentam que atenção e recursos desproporcionais vão para as cidades, o que as prejudica. As populações nativas em alguns países sentem que os imigrantes estão mudando suas sociedades e recebendo benefícios antes de pagarem as próprias dívidas. Alguns membros de povos outrora dominantes se ressentem de outras etnias que exigem tratamento igualitário. Alguns homens se sentem ameaçados por mulheres recentemente empoderadas e por políticas de cotas e metas que os colocam em desvantagem. Parte dos jovens fala cada vez mais sobre os idosos, pois acredita que os mais velhos consomem uma parcela crescente dos recursos em saúde e previdência, deixando-os com um legado de dívidas e destruição ambiental. Alguns idosos acham que os jovens não são gratos o suficiente pelos sacrifícios feitos em prol deles no passado.

Este livro tenta chegar às causas básicas dessa decepção pelas lentes do contrato social: uma abordagem que reconhece a primazia das expectativas e da mutualidade, a eficiência e o valor na provisão coletiva e no compartilhamento de riscos e a importância de se adaptar a um mundo diferente se não quisermos testemunhar um rompimento destrutivo da confiança mútua em que se baseiam a cidadania e a sociedade. O quanto a sociedade *deve* a um indivíduo e, em troca, quais os deveres de um indivíduo? E, neste momento de grandes mudanças, como essas obrigações mútuas precisam se adaptar? As respostas a essas perguntas parecem estar no cerne da solução de muitos dos desafios políticos, econômicos e sociais que o mundo enfrenta hoje.

## *As expectativas e o contrato social*

Quem somos “nós” na pergunta: “O que nós devemos uns aos outros?” Com quem sentimos obrigações mútuas? Esta é uma pergunta complexa que tem dimensões pessoais, culturais e históricas. Gosto de pensar nas obrigações mútuas como círculos concêntricos. Em essência, a maioria de nós sente mais obrigação em relação à família e aos amigos mais próximos. Pais farão enormes sacrifícios pelos filhos; amigos farão todo o possível para apoiar uns aos outros. No anel seguinte do círculo está a comunidade em que vivemos. Em geral, esse é o domínio de grupos voluntários, de associações religiosas, da vizinhança e das estruturas governamentais locais. No próximo anel está o Estado-nação, no qual temos obrigações com os deveres da cidadania – pagar impostos, obedecer às leis, votar, participar da vida pública. Em um projeto de integração regional como o da União Europeia, houve uma tentativa de fomentar um senso de “nós” em outro anel formado por cidadãos de Estados-nações que são membros da união. O círculo final é o mundo, onde as obrigações podem ser mais fracas, mas se tornam mais evidentes em momentos de crise humanitária ou com um desafio global como a mudança climática, quando a solidariedade internacional se torna importante.

Todos os dias enfrentamos obrigações mútuas e cuidamos dos outros, não apenas no círculo familiar, mas também dentro de comunidades e Estados-nações, muito além de nosso interesse próprio e mesquinho. Obviamente, pagamos impostos que beneficiarão pessoas em outras partes do país

(e às vezes em outras partes do mundo) que nunca encontraremos. Fazemos isso porque acreditamos que viver em uma sociedade justa e bem administrada nos ajuda a ter uma vida melhor e estamos dispostos a contribuir com nossa parte para que isso aconteça pelo nosso bem e por causa da solidariedade com nossos concidadãos. Em diversos países, os empregadores são obrigados a oferecer benefícios a seus empregados, como licença-maternidade e paternidade e aposentadoria, e muitos acrescentam benefícios voluntários. Para o fornecimento de combustível e água, transporte e saneamento, contamos com infraestrutura pública, que deveria ser universalmente disponível. Nossa expectativa é ter escolas decentes, assistência médica e segurança nas ruas como resultado da obediência à lei. Todas essas são maneiras pelas quais equilibramos nossos desejos individuais e a necessidade de conviver com outras pessoas, de viver em sociedade. Essa solidariedade coletiva se estende por gerações quando fazemos investimentos de longo prazo e inversamente, quando consumimos recursos que tiram oportunidades das gerações futuras.

Ao longo da história, as pessoas uniram seus recursos em graus variados para aproveitar os benefícios e gerenciar os riscos que advêm de viver em grupos grandes. Esses benefícios incluem especialização de mão de obra, defesa mútua e infraestrutura compartilhada. À medida que os grupos aumentam – da família à aldeia, às grandes cidades e aos Estados-nações –, as obrigações mútuas se tornam mais abstratas e são, com frequência, mediadas por instituições e pelo processo político. Em vez de “dever” algo à

Todos os dias, mesmo sem nos darmos conta, participamos do contrato social ao cumprir obrigações como cidadãos. Cuidar de outras pessoas, pagar impostos e usufruir de serviços públicos são elementos do contrato social que nos sustenta e nos une. Atualmente, contudo, o contrato está partido. A mudança nas tecnologias, os novos modelos de trabalho, o envelhecimento populacional e as alterações climáticas nos desafiam a rever nossos deveres enquanto sociedade.

Em *Cuidar uns dos outros*, a economista Minouche Shafik nos conduz em um passeio pelos estágios da experiência humana – criar filhos, estudar, adoecer, trabalhar, envelhecer – e assim nos mostra como a reorganização social é possível. A partir de exemplos do mundo todo, a autora demonstra que os países podem oferecer a seus cidadãos o mínimo necessário para que tenham uma vida digna. Mas, acima de tudo, o que se evidencia é que precisamos passar a cuidar uns dos outros. Uma sociedade mais generosa e inclusiva compartilha os riscos coletivamente, de forma que todos contribuam ao máximo.

Neste livro, Shafik identifica os elementos-chave para um contrato social mais humanitário, que reconhece nossas interdependências, investe mais nas pessoas e, em troca, espera um retorno maior dos indivíduos.

Com argumentos sólidos, *Cuidar uns dos outros* nos faz pensar em soluções práticas para desafios atuais e nos indica como podemos construir uma sociedade melhor – juntos.

**SAIBA MAIS:**

[www.intrinseca.com.br/livro/1113/](http://www.intrinseca.com.br/livro/1113/)